

## **Núcleo Jurídico**

### **Diretrizes de Funcionamento**

Face a opções tomadas pela nova Reitoria, ocorreram algumas alterações na organização das estruturas da Universidade. Nesse âmbito, a estrutura de apoio jurídico interna à UA, agora designada Núcleo Jurídico, passou a estar adstrita à Administração, pelo que se impõe definir diretrizes que permitam agilizar os serviços prestados à Comunidade Académica.

Compete ao Núcleo Jurídico elaborar estudos, pareceres e informações de natureza jurídica relativos ao governo e gestão da Universidade, cooperar na preparação de regulamentos e outros normativos internos, bem como de instrumentos jurídicos nos quais a Universidade ou suas unidades e estruturas sejam parte, e assegurar ou colaborar na defesa, designadamente em sede contenciosa, da posição institucional.

As solicitações da área jurídica devem ser dirigidas à Administração, através dos endereços de correio eletrónico [administrador@ua.pt](mailto:administrador@ua.pt) ou [rt-juridico@ua.pt](mailto:rt-juridico@ua.pt). O pedido não deve ser efetuado diretamente a um concreto Jurista, por razões não só de correta organização e funcionamento e de equidade e imparcialidade na distribuição do serviço, como também visando a preservação da independência do próprio Jurista que atua não individualmente, mas como parte integrante da estrutura de Serviços em que se insere.

As solicitações devem advir da Reitoria, dos Diretores das unidades orgânicas de ensino e investigação, dos Coordenadores das Unidades de Investigação e dos Dirigentes e ou Responsáveis dos Serviços ou outras estruturas autonomizadas.

Cada pedido deve ser instruído com toda a documentação e informação disponível, de modo a que o Jurista possa estar devidamente inteirado relativamente aos pressupostos de facto e de direito atinentes à questão que carece de apreciação jurídica. Desta documentação deve constar ainda o parecer/entendimento do Solicitante da pronúncia quanto ao assunto em análise, bem como, no caso de celebração de instrumento jurídico com entidade externa, se o interesse institucional foi já ponderado pela Reitoria.

O trabalho subjacente à emissão da pronúncia é desenvolvido pelo Núcleo Jurídico em equipa e de uma forma concertada. Os pedidos são distribuídos pela Administração ao Jurista, estando os Juristas privilegiadamente afetos a áreas de especialização, sem prejuízo de eventuais conformações/adaptações que o volume de trabalho ou as ausências dos mesmos justifiquem.

Os pedidos são apreciados por ordem de submissão, tendo em conta os respetivos prazos legais e conferindo-se prioridade às análises jurídicas solicitadas pela Reitoria.

Os pedidos têm de ser submetidos atempadamente [note-se que o prazo típico estabelecido no artigo 92.º do CPA para a emissão de pareceres é de trinta dias úteis], de modo a que a questão controvertida possa ser analisada convenientemente.

Caso a pronúncia jurídica obtida se consubstancie num contrato, acordo, protocolo, MoU ou outro instrumento jurídico que exija assinatura de quem detenha poderes de representação da UA, cabe ao Solicitante promover o respetivo envio ao Reitor ou do Vice-Reitor, com competência na matéria.

Por fim, informa-se que o Núcleo Jurídico disponibiliza alguns modelos em: <http://www.ua.pt/adm/page/23928>, os quais, para facilitação, podem ser devidamente adaptados a cada caso concreto, sem prejuízo de ulterior validação jurídica.

Universidade de Aveiro, 12 de setembro de 2018

**O Administrador**

---

**Jorge Baptista Lopes**